



Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Comissão de Saúde	
CS	
N.º Única	678302
Entrada	302
Data	28 05 2021

Exma. Senhora Presidente

da Comissão Parlamentar de Saúde

Deputada Maria Antónia Almeida Santos

S. Bento, 27 de maio de 2021

Assunto: Audição da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) e da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) sobre a falta de médicos de família, em especial na região de LVT, e a incapacidade de solucionar este problema

Os cuidados de saúde primários são um pilar fundamental do SNS e a falta de médico de família dificulta o acesso a estes cuidados, bem como uma série de ações de acompanhamento e vigilância do estado de saúde e prevenção da doença. A falta de médicos de família (e conseqüente equipa de saúde) é, por isso, um problema grave a que nenhum Governo tem dado solução.

Entre 2016 e início de 2019 foi possível reduzir o número de utentes sem médico de família, mas a partir de então voltou a registar-se uma inversão da tendência. Em 2020 chegou a ultrapassar-se a marca de um milhão de utentes sem médico de família e neste momento, maio de 2021, a situação não é particularmente melhor, tendo a Ministra da Saúde anunciado o valor de 900 mil utentes a descoberto. Um número muito pior do que tinha sido atingido, por exemplo, em 2018, e que fica muito longe do desígnio (que deveria ser prioritário para qualquer Governo) de atribuição de médico e equipa de família a todos os utentes.

Mais uma vez é na região de Lisboa e Vale do Tejo onde o problema é mais agudo. Dos atuais 900 mil utentes sem médico de família, mais de 600 mil estão nesta região, onde a população a descoberto é superior a 16%.

O problema é crónico, os valores são inadmissíveis e a verdade é que ao longo dos anos não têm existido nem ideia nem soluções para dar a volta a esta situação.

Não basta anunciar a abertura de vagas para contratação. O histórico dos últimos anos mostra que cerca de 30% dessas vagas ficam por ocupar e que todos os anos se perdem centenas de médicos formados no SNS que depois optam por não ficar a trabalhar no SNS. Foi isso que aconteceu, por exemplo, com as vagas relativas à 1ª época de formação de especialistas em MGF do ano de 2020: das 435 vagas colocadas a concurso menos de 300 foram ocupadas. Não basta, por isso, anunciar que durante o ano de 2021 se irão abrir mais vagas quando se sabe, de antemão, que muitas ficarão por ocupar.

Também não basta anunciar mais algumas vagas carenciadas, porque continuam a ser poucas para todas as carências e porque nem sempre têm sido ocupadas, ou estrangular as vagas para contratação em determinadas regiões, na tentativa de obrigar os médicos recém-especialistas a aceitar vagas em Lisboa. Esta tática tem estado a envelhecer o corpo médico em regiões com boa cobertura de médico de família e não tem estado a ajudar à fixação em LVT. Pode estar, de forma perversa, a potenciar a saída de recém-especialistas do SNS.

Outras medidas são necessárias: aumento de condições formativas nas regiões mais carenciadas, para que assim possa existir capacidade de formar mais especialistas nessas mesmas áreas; concursos extraordinários para ingresso em especialidade das várias centenas de médicos que têm ficado impedidos de aceder a esta formação; criação de outras medidas que incentivem à fixação de médicos de família nos concelhos com mais utentes a descoberto, etc.

Importa é perceber por que razão estas e outras medidas não têm estado a ser postas em prática e o problema crónico da falta de médicos de famílias, em particular em LVT, se continua a arrastar indefinidamente e sem solução à vista.

Perante esta situação, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) e da Administração

Central do Sistema de Saúde (ACSS) sobre a falta de médicos de família, em especial na região de LVT, e a incapacidade de solucionar este problema

O Deputado do Bloco de Esquerda,

Moisés Ferreira

